

### 3.3.6 COMUNIDADES TRADICIONAIS

A APAMLS, em seu decreto de criação considera “que devem ser valorizadas as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira por meio de mecanismos e estímulo a alternativas adequadas ao seu uso sustentável” e “a necessidade de promover a pesca e garantir o estoque pesqueiro em águas paulistas, fundamentais para a sobrevivência de populações tradicionais e para essa atividade econômica” (SÃO PAULO, 2008).

O presente tópico visa subsidiar as ações de gestão, em função das peculiaridades das comunidades tradicionais da região, de forma a compor o Plano de Gestão da APAMLS. Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como “(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007). Percebe-se como característica das comunidades tradicionais, a íntima relação com a natureza no intuito de criar, aperfeiçoar e preservar técnicas e saberes, criando regras e definindo normas que extrapolariam o universo laboral, disseminando-as para o todo social.

O viés estruturante desta etapa do diagnóstico é uma análise das comunidades de cultura caiçara, identificadas na APAMLS, ainda que outras comunidades tradicionais locais, como indígenas e quilombolas, serão consideradas caso enquadrem-se no universo de usuários do território da APAMLS, ou tenham atividades que sejam identificadas em áreas potenciais a serem impactadas em função da gestão e qualidade ambiental da APAMLS.

Há muitas possibilidades de definição para o termo caiçara. Termo usado para designar comunidades tradicionais que residem no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, passando pela origem do vocábulo tupi-guarani *caá-içara* (homem do mar), a palavra encerra questões simbólicas e políticas relevantes. Ao se definir uma comunidade como caiçara se confere a ela especificidades, reconhecendo seu valor de ancestralidade e tradicionalidade e conferindo expectativa de direitos e deveres, tanto no âmbito jurídico, como no social.

Segundo Diegues (2007), cultura caiçara é definida como

[...] um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não-materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos).

Entretanto, apesar da importância desse reconhecimento, a definição do termo não é um consenso. Inicialmente a socioantropologia definia o caiçara como lavrador-pescador, ao passo em que para trabalhos mais recentes a pesca é vista como atividade primordial para a constituição da cultura caiçara (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2003).

Segundo Turatii (2012), esta dicotomia entre ser pescador ou agricultor, pontuada pela produção científica, sobre o conceito da população caiçara, indica que elas não são uma coisa só, pois variam conforme sua localização, histórico de ocupação e, principalmente, pelas dinâmicas econômicas que estão submetidas.

Fato é que as populações caiçaras se formaram nas regiões costeiras dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, a partir da miscigenação de povos como os portugueses, os indígenas e também escravos. Dessa miscigenação, desenvolveram um modo de vida peculiar, cujas características remetem a uma ocupação histórica de áreas de Floresta Atlântica costeira e dos ambientes marinhos e estuarinos adjacentes, de modo que suas atividades e hábitos são intimamente vinculados a esse ecossistema e aos recursos que oferecem (HANAZAKI e BEGOSSI, 2000). Os traços mais fortes da trajetória cultural foram a sobrevivência baseada nas atividades de agricultura itinerante, na pesca artesanal de subsistência, no extrativismo vegetal e no artesanato, o conhecimento apurado sobre os ciclos naturais, a força da estrutura familiar e o estabelecimento de práticas de ajuda mútua, revelando a presença da cultura caiçara (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2004).

As dicotomias conceituais ficam por conta da peculiaridade de cada grupo e a forma com que foi se adaptando a cada ambiente e a cada contexto social, geográfico, econômico e político. À essência dessa cultura também é resguardada a capacidade de lidar com as mudanças, quer seja num sistema agroprodutivo, nas roças tradicionais em que era praticada a coivara, nas formas atuais de plantio, no extrativismo, ou num ambiente pesqueiro.

Indígenas e quilombolas têm conseguido maior expressividade perante as políticas públicas que assegurem os seus direitos, como instrumentos de reconhecimento oficial e demarcação de terras. A falta desse instrumento jurídico para os caiçaras faz com que a gestão e os Planos de Manejo das UCs tornem-se ainda mais relevantes para a perpetuação das culturas tradicionais e todo o patrimônio cultural a elas relacionado. A identidade e valorização do patrimônio cultural caiçara representa um potencial na busca por esses direitos e a conciliação com o uso sustentável dos recursos naturais.

### **3.3.6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL**

A ocupação humana no litoral sul de São Paulo tem data muito anterior à história de sua colonização. A importância do patrimônio histórico e arqueológico herdado torna relevante uma breve descrição histórica. E ainda, pelo patrimônio cultural imaterial, que ainda é representado nos modos de fazer, no conhecimento e no repertório de histórias e lendas que compõe o universo simbólico relacionado às navegações e descobertas, piratas, tesouros e à pesca no ambiente marítimo. Essa história é fundamental para o amplo entendimento das populações locais e também da Ilha do Bom Abrigo como uma AME, também alvo do presente documento.

Os primeiros habitantes da região foram grupos que viviam da pesca e da coleta de recursos marinhos, como evidenciam os diversos sambaquis dispersos pelo Lagamar, assim como artefatos coletados, datados de períodos de 6.000 a 1.000 anos. Os grupos que por ali se estabeleceram posteriormente foram identificados como indígenas, principalmente Tupiniquins e Carijós, que viviam em aldeias e cultivavam plantas, como a mandioca, qual era também processada e transformada em farinha (SCATAMACCHIA, 2004).

A expedição de Martim Afonso de Souza, que aportou na Ilha do Bom Abrigo em 1531, foi a que teve como resultado a fundação da Vila de Cananeia, mas não foi a primeira a trazer povoadores portugueses. Sabe-se que essa região estuarina-lagunar foi protagonista de diversas outras expedições e navegações com fins de exploração, exportação, circulação de mercadorias e outros. A região teve então um papel de apoio à navegação colonial, com a fundação de estaleiros (MOURÃO, 2003), enquanto as ilhas, como a do Bom Abrigo foram importante ponto de apoio da vida náutica do momento (DURAN, 2008). Nesta mesma ilha sucedeu-se o desenvolvimento de toda uma estrutura – e seu funcionamento – para a pesca e

beneficiamento de cetáceos, em especial a extração do óleo de baleia. Ruínas dessa estrutura permanecem na Ilha, ainda que não tenham um esforço de manutenção ou recuperação (INSTITUTO BIODIVERSIDADE AUSTRAL, 2015), como mostra a **Figura 3.3.6.1-1**.

**Figura 3.3.6.1-1 – Ruínas da Estação Baleeira do Bom Abrigo.**



Foto: Alineide Lucena

A história da colonização desde então, descrita no item 3.3.1.1., cria o cenário para o desenvolvimento de comunidades que viviam da agricultura, do apoio à vida náutica e portuária e do comércio responsável pela troca de produtos básicos de origem local (principalmente pescado e arroz) por produtos processados (têxteis, utensílios, etc.) (MOURÃO, 2003).

A partir de 1930, a vocação pesqueira da região começa a se consagrar na região Sudeste do Brasil. Inicialmente, a agricultura de cunho comercial passou a decair, enquanto os caiçaras passaram a se dedicar mais à pesca como fonte de renda. Barcos de outros estados inclusive viajavam à região para comprar pescados, e com isso, a região foi atraindo também mais pescadores. A pesca, que era inicialmente artesanal, ganha cunho comercial e adquire escala, principalmente com a chegada de catarinenses que trouxeram novas tecnologias, como a linha de nylon e o barco motorizado, por volta de 1960. As comunidades caiçaras, com essa possibilidade no mercado, acabam se deslocando para as faixas mais próximas à costa para dedicarem-se à pesca como atividade principal e não mais às atividades de roça (MOURÃO, 2003).

Em Iguape, a pesca comercial se tornou intensa, focada principalmente na manjuba, recurso pescado no interior do estuário e não em área da APAMLS, e pelo qual o município é reconhecido até hoje. A manjuba é o recurso principal nos meses mais quentes. Sua pesca já ocorria no estuário rio acima mesmo antes da abertura do Valo Grande. Com a abertura do canal, essa pesca se intensificou, resultante da alteração de salinidade no estuário. As modificações que se sucederam no Valo foram também motivo de alteração na pesca. Nos meses frios, a pesca da manjuba dá lugar à pesca da tainha (CARNEIRO, 2005) Cananeia, por sua vez, teve mais destaque com a pesca da tainha (tanto estuarina, como marinha) e do camarão, ainda que este seja mais representativo da pesca industrial e semi-industrial (MENDONÇA, 2007), como descrito no item 3.3.1.4. A Ilha Comprida, que se tornou município há poucas décadas se destaca no extrativismo de moluscos e crustáceos. (MENDONÇA, 2015)

A dispersão dessas populações pelo território, a incorporação de variados traços culturais e a adaptação às condições das realidades locais levaram à formação de grupos especializados em diferentes atividades econômicas em torno do ambiente aquático. Hoje, as técnicas de pesca são diversas, de artesanais à

pesca de larga escala em barco motorizado, tecnologias introduzidas em meados do século XX por grupos vindos de Santa Catarina e Santos.

Atualmente, poucos caiçaras da região dedicam-se simultaneamente a atividades de pesca e de agricultura como fonte de renda. As comunidades que ainda mantêm ambas as atividades, em sua maioria, o praticam por subsistência. Diante das mudanças sociais pelas quais passou, a pesca artesanal tem sido uma referência sobre essas comunidades (MENDONÇA, 2015). Em se tratando do público alvo deste Plano de Manejo, consideremos prioritariamente os caiçaras e pescadores artesanais do litoral sul que, de alguma forma são usuários das áreas compreendidas, ou adjacentes aos limites da APA Marinha do Litoral Sul. Incluem-se aí basicamente uma categoria de comunidades que fazem uso direto do território marinho ou das praias da APAMLS, e ainda uma categoria de comunidades que não fazem uso direto dessas áreas, mas que podem ser atingidas no caso de impactos ambientais e sociais provenientes de empreendimentos ou de políticas públicas.

De maneira geral, são comunidades que estão situadas em locais de próximo acesso à água (canais, braço de rio ou mar) sendo continentais ou insulares. Podem estar concentrados em territórios bem definidos reforçando sua identidade, como é o exemplo das comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso, em Cananeia, ou estarem dispersas nos bairros e centros urbanos em meio a moradores de diferentes origens, comércio e casas de veraneio, como é o caso dos caiçaras do bairro do Rocio, em Iguape. Essas populações têm a pesca como a atividade econômica de maior importância, ainda que atualmente ela seja conciliada com atividades turísticas e outros serviços, dependendo principalmente da estação do ano. A renda média das famílias é abaixo da média do estado (MENDONÇA, 2015).

Os caiçaras pescadores em geral possuem barcos pequenos, muitas vezes ainda não motorizados, como as canoas tradicionais. Nos últimos anos, houve um grande aumento de comunidades usando lanchas de alumínio e motor de popa, de aproximadamente 8m, embarcações que podem ser usadas também para fins turísticos. As barras (de Icapara, do Ribeira, de Cananeia e do Ararapira) dificultam com que os pescadores provenientes do estuário acessem o ambiente marinho, um dos motivos que faz com que a área estuarina seja mais utilizada pelos mesmos. Também pelo fato de que as artes de pesca artesanais são mais utilizadas na área mais abrigada, como o cerco fixo (**Figura 3.3.6.1-2**), o gerival (**Figura 3.3.6.1-3**), a tarrafa e o picaré (descritas no **Item 3.3.4 – Pesca** do presente Diagnóstico). Para estes casos, a responsabilidade pela gestão e ordenamento de usos é de responsabilidade da APA- Cananeia-Iguape-Peruíbe (ICMBio), para a qual foi elaborado recentemente um Plano de Manejo (ICMBio, 2016).

**Figura 3.3.6.1-2 – Pescador estendendo rede de espera a partir de cerco fixo, no estuário.**



Foto: Marina Vianna Ferreira.

**Figura 3.3.6.1-3 – Pescador pescando camarão com gerival no estuário.**



Foto: Marina Vianna Ferreira.

Há ainda comunidades localizadas próximas às praias, adjacentes à APAMLS ou que possuem acesso ao mar sem a necessidade de atravessar alguma barra. Nesses casos, é comum a pesca de praia não embarcada ou mesmo a pesca embarcada até os 15 metros de profundidade. As práticas mais utilizadas são o arrastão de praia, o corrico, o caceio (**Figura 3.3.6.1-4**), o picaré, a rede estaqueada e o extrativismo de moluscos e crustáceos na areia e no costão rochoso (para iscas, sementes para cultivo no estuário ou próprio consumo). Essas comunidades, principalmente as da Ilha Comprida e algumas da Ilha do Cardoso, têm passado a utilizar longas canoas de fibra, que a pouco mais de uma década eram pouco conhecidas na região. As comunidades caiçaras ainda utilizam alguns tipos de rede de emalhe e rede estaqueada (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) nas faixas mais próximas à linha costeira, artes descritas no item 3.3.1.4.

**Figura 3.3.6.1-4 – Pescador retirando a rede de emalhe em pesca de caceio.**



Foto: Marina Vianna Ferreira.

Atualmente, diversos caiçaras complementam ainda sua renda com atividades que ganharam espaço a partir dos anos 60 e se intensificam cada vez mais. São atividades relacionadas ao setor de turismo. Muitos caiçaras trabalham como piloteiros, principalmente em épocas de temporadas turísticas de verão, feriados e em eventos específicos e também para servir às demandas da pesca amadora. A partir dos anos 2000, o turismo de base comunitária tem ganhado espaço, possibilitando as comunidades a conciliar a geração de renda com a valorização da própria cultura imaterial, sendo através de apresentações, rituais, vivências artísticas, culinária etc. A Ilha do Cardoso, que já tem seu território compreendido pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso - FF (PEIC) tem exemplos bem sucedidos dessa modalidade em algumas de suas comunidades. Do mesmo modo, há bons exemplos deste tipo de turismo em diversos

quilombos do Vale do Ribeira, como o Quilombo do Mandira na área continental de Cananeia, e as comunidades da Juréia, em Iguape. Apesar de o tema já ter sido apresentado no **Item 3.3.5 – Turismo**, vale retomar brevemente, uma vez que essa modalidade de turismo tem sido uma contribuição importante à valorização da cultura caiçara, além de fomentar sua perpetuação através da geração de renda para diversos atores comunitários, que em outros momentos se viram com dificuldades de permanecer em suas comunidades. O turismo de base comunitária tem um público que tem justamente o interesse em conhecer e vivenciar os remanescentes de culturas tradicionais, suas manifestações e a relação com o ambiente em que vivem.

Dos elementos típicos da cultura caiçara, destaca-se o modo de vida baseado na subsistência com atividades de agricultura e pesca se complementando, o sistema agroalimentar pautado na roça tradicional e na realização dos mutirões de trabalho coletivo nos sítios, o fandango como a música e o evento de celebração tanto nos mutirões como em outras festas. As festas comemoradas municipalmente são a do Bom Jesus de Iguape, em Iguape, a de Nossa Senhora dos Navegantes, em Cananeia, a de São Pedro, em Ilha Comprida e a do Divino Espírito Santo, em Cananeia e Iguape. Além das festas que são celebradas nos municípios, cada comunidade tem uma celebração religiosa em função do seu padroeiro, santo referente da religião católica. Elementos típicos da cultura caiçara são a presença de casas de farinha e o modo de fazer do beneficiamento da mandioca, a varação de canoa, e as rezas, em alguns casos cantadas.

Também vale ressaltar que a sazonalidade das atividades econômicas é uma característica que sempre existiu na cultura caiçara, quer ela fosse exclusivamente de uso direto dos recursos naturais, quer seja combinada com outras atividades. A região do Lagamar, que teve parte de sua história ligada ao comércio e exportação dos produtos locais, ainda apresenta destaque na produção e comércio de pescados. Dentre as famílias de pescadores dos bairros urbanos, principalmente em Cananeia e Iguape, renda significativa provém do beneficiamento e venda de pescados. Vale lembrar que atualmente, a maioria dessas comunidades não detém o beneficiamento e, principalmente, o escoamento do pescado. Há muitas mulheres que são temporariamente empregadas no beneficiamento de pescados, principalmente do camarão. Esse serviço é realizado por terceiros, e não é comum ser regido por contrato formal. O escoamento dos pescados, por sua vez, está basicamente nas mãos de empresas de pesca ou de atravessadores. Dessa forma, a renda efetiva dos pescadores e suas famílias ficam aquém da renda potencial caso eles fossem detentores dos meios de produção e das decisões acerca da cadeia produtiva.

O contexto das comunidades caiçaras locais hoje contrapõe iniciativas de valorização das culturas locais comunitárias, em oposição a esforços para implantação de projetos desenvolvimentistas e à atuação pública local precária. As iniciativas de valorização do patrimônio cultural local vêm sendo responsáveis por um significativo fortalecimento da autoestima e identidade da cultura tradicional, além do complemento na geração de renda. Essas iniciativas desencadeiam um processo emancipatório relevante para as comunidades, que passam a ter maior organização e atuação social e política, e também a se envolver mais em processos de gestão e de luta pela garantia de seus direitos.

As comunidades caiçaras dos municípios de Cananeia, Iguape e Ilha Comprida estão listadas e brevemente descritas no **Quadro 3.3.6.1-1**, **Quadro 3.3.6.1-2** e **Quadro 3.3.6.1-3**, e apontadas no **Mapa de Comunidades Tradicionais da APAM Litoral Sul**.

**Quadro 3.3.6.1-1 – Comunidades tradicionais relacionadas à APAMLS do município de Cananeia.**

Região	Nome do Grupo/ Comunidade	Caracterização geral	Principal uso/ relação com área da APAMLS
Ilha do Cardoso	Itacuruçá	Comunidades tradicionais vivendo em UC (PEIC), que possuem a pesca e o turismo como principais fontes de renda. Foles e Cambriú estão voltadas para o mar aberto, área da APAMLS, enquanto as outras estão voltadas para o estuário, área da APACIP. Todas utilizam área da APAMLS, quer seja para pesca, turismo ou transporte próprio. Vila Rápida, no momento, corre risco, devido à erosão costeira, e pode ser realocada em breve. O processo de realocação da Enseada da Baleia ocorreu em 2017	Pesca, turismo, transporte próprio
	Foles		
	Cambriú		
	Marujá		
	Vila Rápida		
	Enseada da Baleia		
	Pontal do Leste		
Bairros do Centro urbano	Carijó, Centro, Acaraú, Rocio e Morro São João	Bairros na área urbana do município onde não se distingue áreas de pescadores, caçaras, comércios, turistas e outros usos. Abriga moradores que migraram de áreas rurais de Cananeia. Atividade de pesca (industrial e artesanal), comércio e serviços são atividades principais.	Pesca e turismo
Ilha de Cananeia/ Mar de Cananeia	São Paulo Bagre	Comunidade caçara que vive da pesca e do turismo de pesca, atividades em torno da “isca-viva”, camarão que é pescado no estuário. Localizada fora da área urbana, voltada para o Mar de Cananeia.	Turismo (eventual)
	Agrossolar	Agrupamento vizinho a São Paulo Bagre, mas com predominância de casas de veraneio e poucos caçaras.	Turismo (eventual)
Continental/ Mar de Dentro	Porto Cubatão	Vila com indícios de urbanização, voltada para o Mar de Dentro, presença de marinas em função do foco na atividade turística, principalmente turismo de pesca amadora, tanto no estuário, como na APAMLS.	Turismo
	Itapitanguí	Vila localizada em área continental, moradores de origens diversas tendo atividade extrativista (caranguejos, ostras e vegetal) como principal fonte de renda.	Indireto
Continental/ Canal do Varadouro	Ariri	Vila continental, voltada para o estuário, área rural distante do centro urbano, caracterizada pelo acesso pouco facilitado e presença de cultura caçara. Pesca, turismo e serviços públicos são as principais fontes de renda. Há condomínio de casas de veraneio. Pesca amadora ocorre no estuário e na APAMLS.	Indireto
Canal do Varadouro	Varadouro	Antiga vila tradicional caçara, hoje há poucos moradores vivendo de atividades de subsistência em modos tradicionais, praticando roça e pesca. Acesso é difícil, sendo feito por via aquática e trilha terrestre.	Indireto
Baía de Trapandé	Prainha	Poucos moradores caçaras vivem em área na Ilha de Cananeia, mas sem acesso por vias terrestres. Vivem basicamente da pesca artesanal e extrativismo.	Indireto
Canal do Ararapira	Bom Bicho, Itapanhapima e Retiro	Beneficiários de UC de uso sustentável (RDS Itapanhapima), acesso exclusivo por barco. Vivem principalmente da pesca e extrativismo, com agricultura de subsistência complementar.	Indireto
Mar de Taquari	Taquari	Comunidade quilombola em área rural, próxima ao estuário, que vive de meios tradicionais de subsistência como agricultura e pesca.	Indireto
	Mandira	Comunidade Quilombola reconhecida, beneficiária da RESEX Mandira (ICMBio), localizada em área continental, próxima ao estuário, vive da extração e manejo sustentável da ostra do mangue e do turismo comunitário.	Indireto

**Quadro 3.3.6.1-2 – Comunidades tradicionais relacionadas à APAMLS, Município de Iguape.**

Região	Nome do Grupo/ Comunidade	Caracterização geral	Principal uso/ relação com área da APAMLS
Barra do Ribeira	Barra do Ribeira	Vila de comunidades afastadas do centro urbano com caiçaras, pescadores, moradores vindos de fora e turistas. Pesca é importante e bem expressiva na área da APAMLS, mas há diversas outras atividades, como serviços públicos, turismo, artesanato, emprego em casas de veraneio e serviços relacionados. O acesso se dá por estrada pavimentada e travessia do Rio Ribeira por balsa. As ruas locais não são pavimentadas.	Pesca e turismo
	Costeira da Barra		
Estrada da Barra do Ribeira	Prainha	Bairro rural, sendo a maior parte da comunidade de pescadores artesanais. Há uma Cooperativa de pesca que passou um tempo inativa, mas está sendo reorganizada.	Pesca
	Praia do Leste	Antiga comunidade tradicional caiçara, que tem sofrido com a erosão costeira. Algumas famílias já foram realocadas devido à perda de suas casas. A tendência é que a localidade toda se extinga.	Pesca
	Vila Nova	Comunidade lagunar caiçara com maioria de pescadores artesanais que vivem de pesca, extrativismo, artesanato em madeira, alguns vindos da Juréia na implantação da EEJ. Realizam festividades tradicionais.	Pesca
	Icapara	Vila à beira do estuário, com acesso por estrada pavimentada. A comunidade caiçara que mantém festividades tradicionais religiosas e também realiza festa da Tainha. Há casas de veraneio. Pesca e turismo são atividades principais.	Pesca
Centro urbano	Vila Garcês	Agrupamentos urbanos onde há comunidades caiçaras, pescadores artesanais e moradores envolvidos em outras atividades econômicas. Há também casas de veraneio. Principal atividade é a pesca no estuário.	Pesca e turismo
	Beira do Valo		
	Rocio		
	Centro		
	Canto do Morro		
Estrada Pariquera-Iguape	Subaúma	Bairro rural onde funcionou o primeiro porto de Iguape. Hoje com comunidade caiçara que vive da pesca e extrativismo. Acesso por estrada de terra.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
	Jairê	Comunidade de pescadores artesanais, afastada do centro urbano, vive principalmente da pesca da manjuba e bagre.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
Aldeia	Aldeia	Comunidade Quilombola em bairro rural do município, que vive da pesca e do extrativismo.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
Ilha Grande	Ilha Grande	Bairro rural de pescadores tem sofrido com os problemas de erosão costeira.	Pesca
Jureia	Barra do Una	Comunidades caiçaras tradicionais, no entorno da E.E. Juréia-Itatins, sendo que algumas abrigaram moradores que foram removidos. As comunidades estão próximas ou adjacentes à praia, dando acesso direto ao mar, área da APAMLS, onde pescam. Parte dessas comunidades mantêm tradições culturais como o fandango, os bailes, a culinária, a produção da farinha de mandioca e alguns plantios. Também praticam extrativismo de ostras, mariscos e siris.	Pesca artesanal e turismo Toda a extensão da praia é utilizada para a Romaria de Bom Jesus de Iguape
	Praia do Una		
	Rio Verde		
	Prelado		
	Grajaúna		
	Suamirim		
Rod. Casemiro Teixeira	Embu	Bairro no perímetro urbano, à beira do estuário com predominância de pescadores artesanais que pescam manjuba, tainha, bagre e isca-vive, principalmente.	Pesca (mais no estuário do que na área da APAMLS)

Região	Nome do Grupo/ Comunidade	Caracterização geral	Principal uso/ relação com área da APAMLS
	Costão do Engenho	Bairro no perímetro urbano do município com famílias de origens diversas, boa parte pescadores. Pescam principalmente manjuba e isca-viva a ser comercializada com turistas.	Pesca (mais no estuário do que na área da APAMLS)

**Quadro 3.3.6.1-3 – Comunidades tradicionais relacionadas à APAMLS, Município de Ilha Comprida.**

Região	Nome do Grupo/ Comunidade	Caracterização geral	Principal uso/ relação com área da APAMLS
Região Urbanizada – Norte	Ponta da Praia	Não configura uma comunidade, mas área de restinga com poucas casas de pescadores e também de veraneio, sofrendo processo de erosão costeira.	Uso da praia, pesca e turismo
	Vila Nova	Pequena e antiga vila de pescadores, onde existe uma antiga capela com o mesmo nome.	Pesca
	Boqueirão Norte	Área urbanizada em que não se define divisão territorial entre caiçaras e não caiçaras, turistas, etc.	Pesca e turismo
Região central (afastada do centro urbano)	Viaréggio	Comunidade localizada entre praia e estuário, vive de pesca e extrativismo vegetal, há projeto para cultivo de siri-mole e outras atividades.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
	Ubatuba	Comunidade de pescadores situada na margem do “Mar Pequeno”, atividade principal é a pesca, há criação de robalos em tanques-rede.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
	Pedrinhas	Vila de pescadores em área não urbanizada, voltada para o estuário, com casas de turistas e outros moradores.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
	Juruvaúva	Comunidade com produção de ostras e passeios de barcos, que se situa ao lado de um campo de dunas.	Pesca (mais no estuário do que na APAMLS)
Sul	Boqueirão Sul	Balneário não urbano próximo à Cananeia, com pescadores, turistas e moradores que vieram de fora. Turismo é a atividade principal, seguido da pesca.	Pesca, uso da praia e turismo
	Trincheira	Antiga vila de pescadores na ponta sul da Ilha. Hoje predomina casas de veraneio, ainda que seja habitada por famílias de pescadores ou abrigue sítios e ranchos de pescadores que moram em Cananeia. Localidade sofre com erosão costeira.	Pesca

Ressalta-se ainda a existência de pelos menos 48 pescadores artesanais na comunidade da Barra do Ararapira, que fica no Estado do Paraná, mas que estão muito próximos ao território da APAMLS (MENDONÇA, 2015). Sabe-se que há uma comunidade nesta localidade bastante característica da cultura caiçara e que lá vivem da agricultura, do extrativismo e da pesca, inclusive fazendo uso do território da APAMLS e compartilhando as áreas de extração de recursos pesqueiros com as comunidades de Pontal do Leste e Enseada da Baleia. Há um grupo organizado de mulheres que vivem do beneficiamento da cataia (*Pimenta pseudocariophyllum*).

Além das comunidades caiçaras, não menos importantes na formação da cultura local, mas menos numerosas em atividades relacionadas à APAMLS são as comunidades indígenas e quilombolas. Ambas contam com um protocolo de reconhecimento e demarcação de terras, o que não acontece com comunidades caiçaras, sendo as indígenas de responsabilidade da FUNAI, e as quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e ITESP. Destaca-se dentre as comunidades indígenas, a Aldeia Pacuarity, na Ilha do Cardoso, com 16 moradores, e as aldeias Tekoa Guaviraty com 44 moradores, Tekoa Icapara, com sete moradores, Tekoa Itapuã com 35 moradores e Tekoa Jeyty com 24 moradores em Iguape, todas as

comunidades indígenas da etnia Guarani M'byá que habitam o território próximo à APAMLS. No entanto, assim como muitas comunidades caiçaras, o uso do ambiente estuarino por parte delas é mais usual do que do ambiente marinho, cujo uso é quase nulo. Em relação às comunidades quilombolas, destacamos Morro Seco e Aldeia em Iguape, e Mandira, Porto Cubatão e Taquari em Cananeia, sendo que Morro Seco e Mandira são as únicas reconhecidas pela Fundação Instituto de Terra de São Paulo. Nenhuma delas faz uso direto do território da APAMLS, mas podem ser impactadas devido à qualidade ambiental.

**Figura 3.3.6.1-5 – Moradores do Cambriú, Ilha do Cardoso, puxando canoa caiçara.**



Fonte: Vicente Klonowski.

**Figura 3.3.6.1-6 – Pesca de emalhe artesanal na Ilha Comprida.**



Foto: Fundação Florestal.

### **3.3.6.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**

O histórico de implantação de Unidades de Conservação de proteção integral na região, como a EEJI e o PEIC, somado à implantação de sistemas de leis ambientais, como o Código Florestal, gerou em muitos atores sociais das comunidades caiçaras uma resistência às instituições de gestão ambiental. Ainda, deve-se levar em conta que esses fatos se deram em uma época em que não havia espaço para gestão participativa ou diálogos interinstitucionais. Aos poucos foi que os grupos passaram a ter espaço e se

organizar para tal. A APAMLS e a ARIEG, por serem unidades de conservação de uso sustentável, possuem formas mais participativas de lidar com os usuários do território. Algumas comunidades caiçaras possuem associações formalizadas há alguns anos. Algumas são efetivamente organizadas e ativas já tendo histórico de participação em conselhos gestores, e outras ainda muito primordiais. Em função disso, algumas outras comunidades estão seguindo o exemplo e buscando formas de se organizar, ainda que não seja através de instrumentos formais. Os grupos e associações da cultura caiçara estão aumentando sua atuação nos conselhos e na participação das atividades da gestão das unidades de conservação e dos municípios. No entanto, ainda é frágil a atuação de representantes da cultura caiçara em geral. A complexidade jurídica das organizações sociais, e a falta de conhecimento sobre tal, que há no Brasil prejudica muito o desenvolvimento deste setor, diminuindo as possibilidades de fortalecimento da cultura caiçara e seus grupos.

Os comunitários e pescadores envolvidos na gestão da APAMLS têm, na maioria dos casos, objetivos focado na classe de pescadores (o que envolve diferentes categorias). Na fase de diagnóstico participativo para o presente Plano de Manejo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), destacam-se o envolvimento da AMOMAR e AMOIPE. Já no conselho gestor, as Colônias de Pesca de Cananeia e Iguape e também a Associação dos Amigos do Terminal Pesqueiro Público de Cananeia têm representação ativa, participando das reuniões ordinárias, dos encontros do diagnóstico participativo e de Câmaras técnicas. Porém, as colônias em geral possuem um corpo ativo reduzido que acumulam tarefas do próprio funcionamento, além de não atuarem com foco na questão das culturas tradicionais, e sim, da classe de pescadores. Elas assumem a intermediação dos pescadores junto aos órgãos responsáveis para obtenção de diversos serviços, como acesso aos direitos de seguridade social, licenças, regularização de documentos profissionais e das embarcações e serviço de comunicação por rádio em situação de emergência. Ainda há uma reconhecida atuação política na região, a Associação de Moradores da Juréia e a Associação de Jovens da Juréia, a Associação de Moradores do Marujá, ainda que não diretamente na gestão da APAMLS. Outras associações com ações locais são Associação dos Moradores do Itacuruçá e Pereirinha, Associação de Cultura Caiçara, Sociedade Amigos do Bairro de Pedrinhas, Associação Amigos do Bairro de Ubatuba, Sociedade de Amigos União Vila Nova, Associação dos Moradores do Pontal do Leste, Associação da Reserva Extrativista do Quilombo Mandira. Algumas comunidades, mesmo sem instituição formal, têm enriquecido muito sua participação social, como é o caso da Comunidade da Enseada da Baleia que está e está em vias de formalizar uma associação.

As instituições de organização dos pescadores identificadas, que tem a cadeia produtiva da pesca como foco, foram: a COOPERPESCA – Cooperativa de Pesca da Comunidade de Prainha, em Iguape, e a COOPEROSTRA – Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananeia, ainda que não tenham atuação direta na APAMLS.

O fortalecimento social e institucional das comunidades tradicionais também pode se dar no relacionamento com outras organizações da sociedade civil que atuam no apoio à cultura caiçara, à pesca artesanal e outras questões socioambientais. Em Cananeia, por exemplo, houve uma época em que a Pastoral dos Pescadores da Paróquia São João Batista, além de apoiar os pescadores, tinha cadeira e participava ativamente do Conselho Gestor do PEIC, da Câmara Temática de Pesca da APACIP e no primeiro biênio do Conselho Gestor da APAMLS. Nas oficinas do Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), participaram Associação Rede Cananeia, Crescer para o Futuro, Instituto Lassus, Instituto Ambiental Vidágua e Cooper Canis. Destacam-se ainda, instituições que apoiam ativamente a perpetuação da Cultura Caiçara, como o Ponto de Cultura Caiçaras, de Cananeia e a Associação de Cultura Caiçara.

### **3.3.6.3 RELAÇÕES (HARMÔNICAS OU CONFLITUOSAS) COM OUTROS ATORES, COM A APAMLS E COM INSTITUIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS**

A relação das comunidades tradicionais com outros atores, com a APAMLS e com as instituições locais é, em geral, neutra, tornando-se harmoniosa ou conflituosa em função de situações específicas. Os momentos que tem gerado mais conflitos são relativos a processos de planejamento e ordenamento ambiental que podem incorrer em restrições de uso ou ocupação. Vale ressaltar que muitas vezes as relações conflituosas com a APA vem da dificuldade de compreensão acerca das diferentes esferas de gestão, fiscalização e de legislação. Há confusão sobre quais são as responsabilidades e atribuições de cada órgão e instituição. Uma vez que a APAMLS estabelece interlocução direta com pescadores e comunidades, acaba também herdando diversos desconfortos que muitas vezes não lhe competem. Esta é uma situação inclusive que instiga a participação de contingentes que nem sempre estão envolvidos nos processos de manejo ou decisórios. Muitas vezes, há necessidade de se aprofundar o diálogo entre atores, de forma não violenta e profunda, para que todas as partes se façam entender. Por outro lado, relações harmônicas são reforçadas com atores que mostrem apoio à causa das comunidades.

### **3.3.6.4 INTERFACE DO SEGMENTO COM OUTRAS UCs, ENVOLVIMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA**

A região do Vale do Ribeira, devido ao seu estado de conservação e toda riqueza ecológica e cultural, tem boa parte do seu território protegido por unidades de conservação. Ao todo são 45, dentre as quais há sobreposições, tanto entre as próprias unidades, quanto entre os territórios de uso de comunidades diversas, o que desencadeou inúmeros conflitos (ISA, 2014). A região do Lagamar apresenta duas em especial que geraram muitos conflitos com as populações caiçaras, sendo a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI), grande parte da sua extensão no município de Iguape, e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), no município de Cananeia. Essa situação se deu, pois são unidades de proteção integral que preveem a remoção de comunidades de seu interior, independente de serem tradicionais, de forma que as comunidades caiçaras enfrentaram conflitos e desafios para conseguirem permanecer no lugar que vinham desenvolvendo seus modos de vida, e mantendo-o em bom estado de conservação. Assim, o PEIC e a EEJI, mesmo não sendo parte da APAMLS, marcaram a história da resistência e luta dos caiçaras do Lagamar pelos direitos dos povos tradicionais. A menção a essas UCs é válida por contextualizar um pouco do que é a concepção das comunidades acerca de unidades de conservação. Além disso, paralelo à criação de UCs, houve também uma limitação das atividades tradicionais e do modo de vida das comunidades, através do Código Florestal, por exemplo, o que afetou bastante as atividades tradicionais tendo reflexo no abandono de muitas delas e a perda do sistema de conhecimento associado.

Somente em 2006, as comunidades caiçaras conseguiram a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, modalidade que lhes permite a permanência em suas terras, fazendo o uso sustentável dos recursos naturais (Diegues, 2007), de modo que em 2008 foram assinados decretos de criação de RESEX e RDS na região. No entanto, mesmo essas unidades mais recentes herdaram uma resistência ao “meio ambiente”, às áreas protegidas, às esferas de gestão ambiental e até mesmo às organizações da sociedade civil que atuam na área socioambiental. Isso é reflexo não só desse processo traumático de remoção das comunidades que sempre viveram ali em consonância com os ciclos naturais, mas também a uma falta de conhecimento da estrutura, dos processos e responsabilidades na gestão dentre os usuários das unidades.

Essa situação tem sido prejudicial à gestão ambiental, tanto de UCs, como em nível municipal, pois mesmo aquelas que têm caráter de uso sustentável, com objetivos claros de conciliar à perpetuação da

cultura tradicional e a geração de renda com a conservação ambiental, acabam não tendo reconhecimento e credibilidade que se reflita no engajamento comunitário.

As unidades que estão mais próximas à APAMLS são as do Mosaico Lagamar (**Quadro 3.3.6.4-1**). Além do Mosaico Lagamar, o território também está compreendido nos Mosaicos Estaduais: Juréia-Itatins, Mosaico Jacupiranga e Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista (**Mapa de Localização das Unidades de Conservação na área de influência da APAM Litoral Sul**).

**Quadro 3.3.6.4-1 – Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar, adjacentes ou sobrepostas à APAMLS.**

Unidades de Conservação	Esfera	Tam. (ha)	Municípios
APA Cananeia, Iguape e Peruíbe	Federal	202.307,82	Iguape, Itariri, Miracatu, Cananeia, Peruíbe
Resex Mandira	Federal	1.177,80	Cananeia
ESEC Tupiniquins	Federal	1.727,70	Itanhaém, Cananeia, Peruíbe
APA Ilha Comprida	Estadual	17.572	Ilha Comprida
ARIE do Guará	Estadual	455,27	Ilha Comprida
APA Marinha Litoral Sul	Estadual	368.742,53	Cananeia, Iguape, Ilha Comprida e Peruíbe
PE do Prelado	Estadual	1.828	Iguape
PE Itinguçú	Estadual	5.040	Iguape e Peruíbe
ESEC de Jureia-Itatins	Estadual	84.425	Iguape, Peruíbe, Itariri, Miracatu
RDS Despraiado	Estadual	3.953	Iguape
ESEC Chauás	Estadual	2.699	Iguape
PE Ilha do Cardoso	Estadual	22.500	Cananeia
PE Lagamar de Cananeia	Estadual	40.758,64	Cananeia, Jacupiranga
RDS Itapanhapima	Estadual	1.242,70	Cananeia
Resex Tumba	Estadual	1.128,26	Cananeia
Resex Taquari	Estadual	1.662,20	Cananeia
RPPN Serra dos Itatins	Particular	75,08	Iguape

Fonte: Plano de Manejo APA-CIP.

### 3.3.6.5 ENVOLVIMENTO ATUAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DA APAMLS

Para se ilustrar a atuação das comunidades e usuários na gestão, foram consultados relatórios técnicos e ATAs de reunião do Conselho Gestor. De todas essas instituições comunitárias, apenas as Colônias participam do Conselho, e das Câmaras Técnicas de Pesca (CT-Pesca) e de Planejamento e Gestão (CT-Planejamento). Em janeiro de 2015, a CT Pesca passou a discutir sobre lista das espécies ameaçadas, cuja pesca se tornaria proibida (Portaria 445/2014). Os representantes das Colônias de Iguape e Cananeia, respectivamente, a Z-7 e a Z-9, participaram da reunião (2ª Reunião Extraordinária da CT-Pesca). O tema permaneceu sendo assunto das reuniões, tendo foco principal a pesca do bagre branco, que é extremamente representativa para a geração de renda e a segurança alimentar das comunidades caiçaras de Cananeia, Iguape e Ilha Comprida. Os representantes das Colônias, assim como representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), universidades e órgãos governamentais estiveram presentes evidenciando a articulação coletiva pela busca de alternativa à essa questão, o que culminou no Plano de Recuperação do Bagre. Houve apenas um participante (Subaúma / Ilha Grande, representante de comunidade), na 3ª reunião extraordinária da CT-Pesca. As discussões mais significativas desta CT foram: proposta de ajuste da norma federal do emalhe (IN 12/2012), em que se busca permitir a pesca de emalhe na 1ª milha náutica por embarcações motorizadas; o ordenamento do emalhe no território da APAMLS; a alteração na Portaria MMA 445/2014, para permissão de pesca do bagre-branco (*Genidens barbatus*) mediante publicação de Plano de Recuperação (alcançado em 2018); e a solicitação de celeridade na emissão dos RGPs dos pescadores junto a Secretaria Especial da Aquicultura

e da Pesca, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SEAP/SGP). O mesmo ocorre com a CT-Planejamento e Gestão, que vem acompanhando as ações e produtos do presente Plano de Manejo desde 2011, quando passou a se discutir e levantar os objetivos e os itens necessários ao desenvolvimento do termo de referência. Também vem atuando sobre processos de licenciamento ambiental incidentes na região, como o Projeto Etapa 3 do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos (Petrobrás) e no ordenamento turístico da Ilha do Bom Abrigo. A participação reduzida dos grupos comunitários torna ineficiente e contraproducente a gestão voltada aos próprios usuários. O Conselho Gestor tem se envolvido de forma efetiva no ordenamento / manejo das espécies alvo de pesca, considerando a importância para o pescador artesanal da região, e tentando conciliar à realidade situacional ambiental. Entretanto, as discussões e processos nos quais o conselho se envolve ainda não atingem os membros de cada segmento da maneira adequada. Isso é preocupante principalmente no caso de pescadores, que são os maiores usuários da área em questão.

### 3.3.6.6 AMEAÇAS E IMPACTOS

Alguns fatores da área da APAMLS e entorno surgem desencadeando fragilidades em sua gestão e no sistema socioecológico do respectivo ambiente. Ressalta-se aqui, algumas ameaças e impactos identificados, que interferem principalmente na sobrevivência cultural das comunidades caiçaras que dele dependem.

Crise pesqueira: A política pesqueira no Brasil tem um histórico de priorização da pesca industrial com vista a maximizar as capturas. Somado às demandas mercadológicas, isso resultou num quadro de sobreexploração dos estoques pesqueiros e falta de estrutura nas cadeias produtivas sustentáveis e de menor escala, comprometendo a capacidade de pesca principalmente dos pescadores artesanais caiçaras, que dependem de tecnologias simplificadas, de um ambiente mais restrito e do próprio conhecimento. Na área da APAMLS, eles acabam ainda sofrendo com impactos diretos da concorrência com a pesca industrial com barcos grandes vindo de Santos, Paraná e Santa Catarina. Há também um risco de impacto proveniente de contaminações, predação e/ou competição através de espécies exóticas introduzidas com fins de cultivo. São clássicos casos de cultivos de exóticas em virtude do rápido crescimento, da alta resistência à doenças e, conseqüentemente, da rentabilidade (como em muito locais foi disseminado o cultivo de tilápia). A introdução de espécies exóticas pode ser extremamente danosa aos ecossistemas e trazer prejuízos também sociais e econômicos (BARBIERI *et. al.*, 2016). Mesmo quando cultivadas em tanques, a probabilidade de escape é alta. Na região do Lagamar, há dois casos que merecem ser mencionados. Um deles é o caso do camarão exótico, *L. vannamei*, que foi cultivado em tanques até 2005. Na época, isso gerou conflitos com os pescadores artesanais uma vez que este camarão competia com a espécie nativa de camarão branco (*L. schmitti*). Além disso, havia um risco de contaminação de espécies nativas com doenças virais. No entanto, seu cultivo não se desenvolveu na região, e tampouco veio a se tornar uma ameaça, já que de 2008 a 2013 não foram identificados nos monitoramentos realizados pelo Instituto de Pesca, contra os 64 indivíduos identificados entre 2005 e 2007 (BARBIERI *et. al.*, 2016). O outro caso, que atualmente representa riscos, é o cultivo do bagre africano. Entre janeiro de 2015 e julho de 2016, o Instituto de Pesca identificou a presença do bagre africano no Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Instituto de Pesca, em todos os meses, principalmente no município de Iguape, destacando-se os 637,50 kg amostrados em Março de 2016 (IPESCA, 2016). O bagre africano é uma espécie rústica, bastante resistente às variações ambientais, com grande potencial de reprodução e alto grau de impacto sobre as espécies nativas, tanto por ser predador (onívoro) como pela competitividade (UMBRIA, 2008). O plano de manejo da APACIP (ICMbio, 2016) não permite a criação ou engorda de espécies exóticas no estuário. No entanto, visto a ameaça à ARIEG, e possivelmente às espécies marinhas que se reproduzem no estuário, deve-se atentar

aos possíveis riscos atuais e futuros. Por fim, vale lembrar que muitas comunidades de pescadores sofrem com restrições de áreas de pesca. No caso da APAMLS, atenta-se para Foles e Cambriu. Por serem comunidades isoladas que dependem quase que exclusivamente da pesca (turismo é muito pontual, só na alta temporada, em pequena escala) e por estarem próximos à ESEC dos Tupiniquins (Ilha e Costão do Cambriú), onde há restrição total de pesca, e em virtude da baixa capacidade de mobilidade no território, poucas áreas ficam disponíveis para desenvolvimento da atividade pesqueira. Assim, é importante que a gestão da APAMLS busque elaborar e implementar propostas de ordenamento pesqueiro, visando garantir território pesqueiro para estas comunidades. É importante destacar que o setor pesqueiro é muito desunido e pouco articulado para buscar seus direitos. Existem muitos conflitos, ocasionando descrédito dos pescadores com as colônias, que deveriam representá-los melhor, havendo pouca efetividade pela busca de reconhecimento e resolução dos problemas da classe.

Poluição aquática: A poluição do ambiente aquático na região se dá através da falta de saneamento e tratamento das águas residuais, assim como poluição de águas a montante dos rios (indústria de fertilizantes e mineração) que desaguam no estuário e também de atividades desenvolvidas no próprio território marinho, como derramamento de óleos e combustíveis e o despejo de resíduos sólidos. A poluição da água, para a pesca artesanal, é especialmente impactante no caso do extrativismo de moluscos, uma vez que são organismos extremamente sensíveis e sua qualidade sanitária depende de um ambiente aquático bem conservado. O extrativismo de moluscos bivalves, como ostras, mariscos, berbigões e vôngoles é uma atividade muito importante para economia, cultura e segurança alimentar das comunidades locais, tanto as que são adjacentes às áreas da APAMLS, como Enseada da baleia, Pontal do Leste e Ararapira, como as que estão no interior do estuário.

Erosão costeira: Outra ameaça séria às comunidades caiçaras do entorno da APAMLS é a erosão costeira, como se observa no **Item 3.1 – Meio Físico** e no **Mapa de Áreas Críticas a Qualidade da Água e Sedimento e Processos Erosivos Depositionais da APAM Litoral Sul e ARIE do Guará**. Diversas delas têm sofrido com isso nos três municípios, o que tem levado à necessidade de remoções. As remoções das comunidades de seus locais de origem é uma das grandes ameaças à cultura de quem vive dos recursos naturais de forma adaptada, e torna-se ainda mais complicada para aqueles que estão em unidades de conservação. Atenta-se no momento para a emergência de realocação por parte da comunidade da Enseada da baleia, e possível e futuramente às consequências que afetarão Pontal do Leste.

Conflitos de uso do mar: Tentativas de implantação de sistemas aquícolas por empresas privadas de forma desordenada são uma a atividade que pode desencadear conflitos de uso do território marinho com mais probabilidade de ocorrer na região. Esse caso já ocorreu no início dos anos 2000, pela iniciativa da empresa TWB, com instalação de tanques para o cultivo do bijupirá (*Rachycentron canadum*) e investimento de recursos públicos para a construção do Laboratório Nacional de Aquicultura Marinha. Na época, houve resistência por parte de pescadores e comunidades tradicionais, por ter sido implantado um módulo teste no entorno da Ilha do Bom Abrigo, área em que a própria pesca não é permitida. O empreendimento acabou não obtendo sucesso e o laboratório ficou muito tempo parado. A UNESP de Registro assumiu em 2016, através de convênio com a Prefeitura da Ilha Comprida, por cinco anos, o LANAM para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por ter ficado parado muito tempo, este laboratório está em fase de reestruturação para adequação das instalações e regularização de licenças. Também existem conflitos entre pescadores tradicionais locais e embarcações industriais e artesanais de outras regiões, como Paraná e Santa Catarina.

Marginalização da cultura caiçara e da atividade de pesca: Uma queixa recorrente dos pescadores e que, provavelmente, contribui para esta situação é a dificuldade em se regularizar e conseguir a documentação

de pescador artesanal e da embarcação. A dificuldade em obter o RGP se dá por ineficiência histórica do ministério responsável em regularizar as documentações dos pescadores. Também tem havido constante troca da instituição governamental responsável por sua emissão, inicialmente de responsabilidade do MPA, passou para o MAPA, depois SEAP e no momento encontra-se sob a chancela da Secretaria-Geral da Presidência da República. Já para regularizar a documentação das embarcações há burocracias quanto à comprovação de compra de peças (NF de motor, casco, etc.) que são solicitados pela Marinha e os pescadores simplesmente não as possuem, causando uma situação que não se resolve. Além disso, outra queixa comum é em relação às inúmeras normas pesqueiras que não levam em conta a realidade local das pescarias, muitas vezes inviabilizando a atividade do artesanal. Assim, muitos consideram que a pesca se tornou uma atividade mais difícil, criminalizando o pescador, seja por falta de documentação ou por não conseguir respeitar as normas vigentes. Outros fatores que contribuintes são as dificuldades físicas e financeiras da atividade, a baixa escolaridade histórica dentre os pescadores, o insuficiente acesso aos serviços públicos básicos, como educação e saúde. A cultura de passar o conhecimento e o ofício para seus filhos também tem desaparecido. Muitos consideram mais fácil para os jovens conseguir emprego em atividades braçais na cidade, que por vezes também é mais rentável. A APAMLS pode ajudar na recuperação da imagem positiva do pescador e da cultura tradicional caiçara ao organizar eventos e cursos de capacitação junto às prefeituras, ao governo estadual e empresas que tenham que implementar ações mitigadoras ou compensatórias por suas atividades, como Semana do Pescador e Encontro de Saberes, onde pescadores podem ensinar crianças e jovens a construir seus petrechos, a fazer leituras de variáveis ambientais climatológicas, etc. Ressaltam-se os cursos de POP (Repsol, em 2017), artesanato com couro e escamas de peixes e manutenção de motores (Petrobrás, em 2018).

Valo Grande: Os impactos gerados com a construção do Valo Grande (**Item 3.1 – Meio Físico**) não param no ambiente aquático com alteração de toda a dinâmica hidrológica e ecológica associada, atingindo também a estrutura terrestre e as habitações do entorno. Levantamos aqui que, para as comunidades caiçaras do entorno, o principal impacto está na pesca. Com o aporte de água doce no canal, há toda uma mudança neste ambiente, em função da alteração da salinidade, e conseqüentemente, das espécies adaptadas ao ambiente. A diversidade de peixes acabou sendo reduzida, fazendo com que a pesca seja focada basicamente em espécies adaptadas à água com baixa salinidade, o bagre, a manjuba e um pouco de robalo. Apesar de o Valo Grande não estar em área da APAMLS, tem implicações sobre a mesma. Para as comunidades caiçaras do entorno, além de uma alteração na pesca, impactando principalmente a pesca da manjuba, há um impacto nas moradias do entorno (com risco de enchentes e erosões) e na dinâmica de entrada, saída e fundeio dos barcos.

Exploração de petróleo e gás natural: Ainda não há atividade efetiva de exploração de petróleo e gás na região, mas já foi dado início a processos de licenciamento para perfuração de poços. A maior ameaça que esses empreendimentos representam para as comunidades tradicionais é o caso de acidentes que resultem em derramamento de óleos e derivados, o que seria catastrófico para a cadeia pesqueira. No entanto, foi identificado que esse risco existe mesmo sem a instalação dos empreendimentos, como já teve ocorrência, derramamentos provenientes do transporte pelos navios que atravessam essa zona costeira (WALM, 2012). Caso os empreendimentos venham a recrutar mão de obra da região, têm-se uma dualidade, entre a geração de empregos trazendo ganhos econômicos, e o desvio de atividades ligadas à cultura tradicional, tirando o foco do desenvolvimento local, como descrito no **Item 3.3 – Meio Socioeconômico**. No entanto, a mão de obra requerida para a indústria do petróleo é geralmente muito especializada, o que é carente na região, sendo improvável a contratação de equipes locais.

De maneira geral, ainda pode-se inferir que as comunidades caiçaras de ambientes urbanos são mais vulneráveis socialmente, além de estarem mais propensas a transformações na cultura e na cadeia produtiva para se manterem economicamente. A vida urbana é mais custosa, e oportunidades de geração

de renda desconectadas da cultura tradicional são mais acessíveis. Restringir ainda mais as opções de continuidade da atividade pesqueira a essas populações pode significar um prejuízo social maior, levando inclusive ao aumento de comunidades que estão à margem da sociedade. A pesca para essas comunidades, apesar de ser a maior fonte de renda, não tem sido compensatória do ponto de vista social, e daí gera-se o desejo da não continuidade da atividade pelas gerações subsequentes.

Por outro lado, as comunidades caiçaras mais afastadas da área urbana, que apresentam-se mais bem definidas em termos de território e identidade cultural são as detentoras de um patrimônio cultural imaterial mais completo, e por isso merecem essa consideração.

### **3.3.6.7 ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

A cultura de uma comunidade é dinâmica e se reinventa e retroalimenta no decorrer do tempo. Nenhuma realidade cultural é estanque e, atualmente, os processos de urbanização, industrialização e globalização, com a internacionalização da produção e de capitais e a mundialização de costumes, agrega rapidez a essas transformações. Assim, ao tratarmos do estado de conservação de uma realidade social, faz-se necessária a definição de critérios para caracterização e elaboração de mecanismos de salvaguarda. A estipulação da caracterização como comunidade conservada ou degradada, sob o ponto de vista de manutenção de suas especificidades culturais, depende do grau de integridade e consequente categorização dessa realidade.

Torna-se necessário traçar uma metodologia que possa estabelecer parâmetros para identificar o grau de integridade em relação às culturas tradicionais e interdependência com a natureza e, assim, estabelecer critérios de vulnerabilidade que dialoguem com seus problemas e ameaças.

Entretanto, a construção desse arcabouço metodológico requer aprofundamento e reflexão, no intuito de obter o maior número de informações sobre os grupos pesquisados, atentando para suas idiosincrasias culturais. A elaboração de inventários da realidade cultural das comunidades é um passo importante no transcurso desse exercício de alteridade. A relevância do referido documento diz respeito à sua contribuição para se identificar e caracterizar as especificidades culturais de cada grupo, identificando elementos chave responsáveis por atribuir sentido e delinear a identidade de cada comunidade.

Uma pesquisa com registros audiovisuais e um trabalho de campo de viés etnográfico seria relevante para se conhecer a presença e os limites dos traços de cultura caiçara em cada situação analisada.

A partir da elaboração desse inventário de referências culturais, seria necessária a conformação de grupos de trabalho como efetiva participação das comunidades, objetivando a elaboração de linhas de ação protecionistas articuladas com a expectativa das populações, legitimando possíveis políticas públicas futuras. Assim, seria enfatizado o sentimento de pertencimento e a valorização da memória e das manifestações culturais típicas de cada lugar.

Apesar disso, podem-se fazer algumas considerações sobre aspectos específicos da cultura caiçara:

O fandango tem levantado a bandeira da cultura caiçara, não só no dia a dia das comunidades, mas também através de instrumentos formais, sendo registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil perante o IPHAN/MinC. Desde os anos 1990, algumas iniciativas da sociedade civil têm atuado no sentido de valorizar esse estilo e também de mantê-lo vivo nas comunidades caiçaras. Dessa forma, considera-se que este aspecto da cultura caiçara caminha para um bom estado de conservação, ainda que tenha

muitos desafios para que a meta se cumpra, e que nos dias de hoje, ele está menos conectado a outros aspectos do patrimônio, como o patrimônio agroalimentar, do que antigamente.

A pesca artesanal nas comunidades caiçaras está bastante vulnerável como já mencionado anteriormente. Além da crise de estoques, as políticas públicas no Brasil, historicamente não tem priorizado o pescador artesanal. Assim, deve-se dar a maior atenção e cuidado à manutenção dos sistemas artesanais de pesca.

### **3.3.6.8 ÁREAS CRÍTICAS E ÁREAS PRIORITÁRIAS**

Um dos principais pontos de preocupação para a gestão é a qualidade ambiental dos ecossistemas aquáticos e o respectivo acesso das populações. Tal fator deve-se considerar primordial, pois antes de tudo é responsável por garantir a segurança alimentar das populações costeiras, além de atuar como um alicerce do sistema de conhecimento e produção, patrimônio cultural das populações caiçaras.

A partir daí, pode-se mencionar algumas áreas como prioritárias, para que recebam devida atenção, tanto na manutenção dos ecossistemas, quanto no acesso pelas comunidades caiçaras.

Destacam-se, primeiramente, as praias, já que através delas, os emissários de águas residuais chegam ao oceano, além de serem “depositárias” de grande parte do lixo marinho, de forma que se tornam relevantes na manutenção dos ecossistemas aquáticos. Para os pescadores da Ilha do Cardoso e da Ilha Comprida, a praia é o palco de suas atividades principais, devido ao acesso ao mar, à execução da própria pesca de praia e também atuando como atrativo turístico.

A Ilha do Bom Abrigo também merece atenção devido a todo papel que representa na vida marítima da região e da história das navegações no Brasil. Além de ser um importante ponto de abrigo e apoio aos pescadores que saem do estuário para o mar, ela compreende um valioso patrimônio histórico e arqueológico. O documento “Subsídios para a recuperação ambiental e ordenamento dos usos da Ilha do Bom Abrigo/ Cananeia – SP”, elaborado pelo Instituto Biodiversidade Austral (2015), é de grande contribuição para o entendimento mais profundo desta AME. A criticidade levantada para sua gestão é fundamentada em problemas como o lixo, a erosão, e a sobreposição de responsabilidades, o que gera incertezas sobre a área e gestão pouco eficiente.

Ainda, como área crítica, deve-se considerar os pontos que estão sofrendo erosão costeira (norte da Ilha Comprida, ponta sul da Ilha Comprida, Enseada da Baleia e Pontal do Leste, na Ilha do Cardoso; São Paulo Bagre e Agrossolar em Cananeia e o assoreamento das barras, a do Ribeira e de Icapara. Por fim, ainda que seja uma área crítica mais ameaçadora para o estuário, devem-se levar em conta os impactos do Valo Grande. O grande aporte de água doce no estuário, sem o sistema natural de amortecimento, ou seja, os ecossistemas de transição, tem levado à mudanças na dinâmica estuarina, afetando em muito a pesca da manjuba. Por outro lado, o seu fechamento também acarreta impactos diretos às comunidades do entorno, como assoreamento e enchentes.

### **3.3.6.9 CENÁRIOS FUTUROS**

O Cenário atual da APAMLS sob a ótica das comunidades caiçaras é marcado por uma grande tensão em relação ao futuro da pesca artesanal, e o crescimento de oportunidades relacionadas a um turismo de sol e mar, que ainda não é ordenado. A valorização da cultura caiçara, e oportunidades de renda em torno

dela, aparecem em focos que tem se fortalecido com o turismo de base comunitária, mas são específicos para poucas comunidades.

O cenário tendencial é que esse quadro seja intensificado, ou seja, o turismo desordenado aumente, e o turismo de base comunitária, valorizando a cultura local, se fortaleça, mas somente em algumas comunidades. Por um lado, as comunidades tradicionais, como os caiçaras, passaram a contar na última década com alguns instrumentos de reconhecimento de seus direitos, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007, Presidência da República), o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS (Portaria 89/2010, concedido para uso de áreas de união por comunidades tradicionais), a IN 35/2016 que estabelece critérios de preferência para desenvolvimento de atividades aquícolas por povos e comunidades tradicionais, além das possibilidades de gestão compartilhada, principalmente com a implantação de unidades de conservação de usos sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e também as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Por outro lado, esses instrumentos ainda são pouco conhecidos e há pouco investimento efetivo para se garantir um futuro promissor à continuidade da pesca artesanal no Brasil.. Caso a tendência se mantenha, o contingente da pesca artesanal deverá migrar para a industrial ou para empregos no comércio e outros serviços. No entanto, com uma divulgação de informações mais assertiva é provável que a participação das comunidades na gestão da APAMLS seja intensificada e qualificada. Iniciativas da sociedade civil e o mercado que abastece as metrópoles tem difundido um olhar diferenciado para produtos de cadeias mais sustentáveis, nas quais podem se incluir a produção dessas comunidades. Aí aparece uma oportunidade na qual se deve dar atenção para um cenário alternativo que priorize o desenvolvimento local, que é a inclusão produtiva em negócios sustentáveis que tenham a cultura tradicional e a produção artesanal como valores agregados. Dentro dessa possibilidade, haveria uma chance para incentivar a continuidade da pesca artesanal, podendo inclusive se fazer uso dos instrumentos citados, assim como de Termos de Ajustamento de Conduta para o desenvolvimento dessas ações.

Como sugestão para o desenvolvimento deste cenário alternativo que priorize a valorização da cultura caiçara conciliada à geração de renda e qualidade de vida das comunidades locais:

- Investimento em estratégias de divulgação focada no turismo educativo, comunitário dando visibilidade à música, alimentação, artesanato, patrimônio arquitetônico e pesca artesanal (exemplo: criação de roteiro, circuito ou mapa da Cultura Caiçara integrado entre os municípios);
- Investimento no fortalecimento de cadeias produtivas artesanais com valor cultural agregado;
- Apoio a festivais culturais e relacionados à safra de pescados (ex.: Festa da Tainha, Festa da Ostra, etc.);
- Criação de estratégia para mostrar que gestão das UCs atua a favor da cultura caiçara;
- Apoio à minimização dos problemas enfrentados por pescadores artesanais em suas atividades (como a regularização da documentação de embarcações, habilitação para navegação e pesca);
- Criar estratégias de valorização dos produtos e pescados locais para o autoconsumo, promovendo não só o fortalecimento das cadeias locais, como a segurança alimentar das comunidades;
- Apoiar a valorização do patrimônio histórico, arqueológico e cultural na área da APAMLS;

- Fomentar o manejo e uso sustentável dos recursos naturais da APAMLS;
- Apoiar a participação das comunidades tradicionais no conselho gestor e oficinas participativas da gestão;
- Criar parcerias para a implantação de uma Assistência Técnica e Extensão Rural Pesqueira (ATER pesqueira) que envolva conhecimentos e práticas locais em cada contexto comunitário;
- Aproximação e incentivo para que os pescadores se aproximem de iniciativas da sociedade civil, como exemplo a Aliança Brasileira para a Pesca Sustentável, o movimento do Território Pesqueiro etc.

### **3.3.6.10 INDICADORES PARA MONITORAMENTO**

Para avaliação e planejamentos futuros da gestão da APAMLS, sugere-se monitorar os seguintes itens:

- Pesca artesanal: uso de artes de pesca artesanal e a fabricação de material de pesca artesanal (redes, cercos de taquara, gerival etc.);
- Presença da cultura local nos serviços turísticos;
- Atividades e manifestações culturais, rituais, festas tradicionais e festivais relacionados à safra de pescado;
- Atividades de pesca nas áreas das comunidades;
- Participação de comunidades caiçaras em esferas de controle social e políticas participativas;
- Cadeias produtivas da pesca artesanal (dados econômicos, sociais, culturais e ecológicos).

### **3.3.6.11 LACUNAS DE CONHECIMENTO**

O levantamento de informações em pesquisas sobre comunidades tradicionais na região a APAMLS é relevante, tanto em quantidade quanto em qualidade. No entanto, um acompanhamento das informações sobre os grupos tradicionais e suas atividades é que aparece deficiente. Em especial, existe escassez de informações sobre a relação entre as comunidades do município de Ilha Comprida com a APAMLS.

Há muitas publicações sobre as comunidades na primeira década do Século XXI. Sugere-se investir em mapeamento detalhado por comunidades com atividades econômicas e culturais, equipamentos e recursos extraídos que sejam capazes de mostrar as mudanças no padrão de relação com os recursos naturais ao longo dos anos. Estudos sobre patrimônio cultural imaterial, que envolvam aspectos além do fandango, são importantes e podem somar na busca por apoio para valorização cultural perante órgãos do setor cultural.

Também são relevantes as pesquisas relativas ao monitoramento pesqueiro realizado pelo Instituto de Pesca. Sugere-se, no entanto, pesquisas que relacionem a dinâmica pesqueira às informações socioeconômicas e a outros aspectos da cultura tradicional, e também à gestão compartilhada, pensando no envolvimento das comunidades e os resultados sociais, culturais e ambientais. Pode-se pensar no desenvolvimento de parcerias com pesquisadores das áreas de gestão ambiental, ecologia humana,

antropologia, geografia, comunicação etc. Por fim, faltam publicações que analisem a implantação de programas, de gestão participativa e de projetos conduzidos pela sociedade civil ou poder público. Pesquisas sobre a efetividade dessas ações, assim como de metodologias participativas – e até mesmo o desenvolvimento de novas – poderá contribuir com a gestão.

No item Organização social e política (3.3.6.2) é apresentada uma discussão sobre o histórico de UCs de Proteção Integral e os conflitos gerados por suas criações e gestões. Contudo, não houve a contextualização para a APAMLS e ARIEG. Por serem UCs de uso sustentável, não possuem a mesma forma de lidar com os usuários. Assim, é necessário apontar se a resistência a instituições ambientais foi mantida pelas comunidades ou se ela era um reflexo de uma gestão não participativa.

Quanto ao envolvimento no planejamento e gestão da APAMLS pelas comunidades e setores da sociedade civil, ainda é necessário discutir os motivos e possíveis soluções para o problema da baixa adesão em reuniões, tanto de Câmaras Técnicas quanto do Conselho Gestor. É necessário ressaltar que os representantes (colônias, associações, etc.) muitas vezes não dão retorno das discussões para seus representados, sendo importante avaliar a implantação de processos de capacitação dos representantes.

#### **3.3.6.12 POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES**

Mirando o cenário do desenvolvimento local, que é o que se aproxima dos objetivos da APAMLS, destacam-se algumas potencialidades e oportunidades. Entendem-se as potencialidades como as características locais que podem ser aproveitadas para intensificar e diversificar resultados do processo de gestão, e as oportunidades como situações que favorecem o desenvolvimento das potencialidades em direção aos objetivos da APAMLS da região. Ambas devem ser consideradas no planejamento para que sejam aproveitadas da melhor forma. Estão descritas no **Quadro 3.3.6.12-1**.

**Quadro 3.3.6.12-1 – Potencialidades e Oportunidades das culturas tradicionais locais relacionadas à APAMLS.**

Potencialidades	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de muitas comunidades tradicionais, caiçaras, quilombolas e indígenas;</li> <li>- Riqueza cultural associada ao ambiente de vida de cada comunidade;</li> <li>- Grande repertório de conhecimentos tradicionais sobre o uso dos recursos naturais;               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manufatura e uso das artes de pesca tradicionais;</li> <li>- Recursos pesqueiros de alta qualidade nutricional e gastronômica;</li> <li>- Comunidades tradicionais habitando uma diversidade de paisagens e ecossistemas e desenvolvendo diferentes atividades produtivas (artesanato, alimentação, apresentações etc.);</li> <li>- Ecossistemas e paisagens naturais bem conservados;</li> </ul> </li> <li>- Algumas comunidades integradas entre si, com o terceiro setor e com conselhos de diferentes UCs (aumento de conexões e inter-relações aumentam resiliência socioecológica);</li> <li>- Conselho gestor bastante ativo, competente, comprometido e sensível às questões culturais;               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de patrimônio histórico e arqueológico, como os sambaquis e a estação baleeira do Bom Abrigo;</li> <li>- Fandango registrado como patrimônio imaterial da cultura brasileira pelo IPHAN;</li> </ul> </li> <li>- Práticas da cultura tradicional caiçara ainda preservadas, como a variação de canoa, os mutirões, as rezas e as festividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Momento de valorização de culturas tradicionais (dentro sociedade em geral, terceiro setor e UCs);</li> <li>- Momento de valorização de produtos locais para uso culinário e possibilidade de obter melhor renda com redes de consumidores;               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento do turismo de base comunitária e estratégias de fortalecimento, interesse crescente entre diferentes públicos alvo, como escolas e grupos;</li> <li>- Momento em que redes sociais virtuais são um veículo eficiente e barato para divulgação de serviços, informações e experiências para público externo;</li> </ul> </li> <li>- Patrimônio histórico e arqueológico pouco explorado turisticamente;</li> <li>- Possibilidade de integração dos usos da APAMLS com turismo ordenado e consciente;</li> <li>- Oficinas para o plano de manejo como meio para dialogar com as comunidades.</li> </ul>

### 3.3.6.13 CONTRIBUIÇÃO PARA PLANEJAMENTO DAS UCs

A gestão de Unidades de Conservação enfrenta muitos desafios, parte deles devido ao seu papel de mediar interesses diferentes no uso dos recursos naturais. Uma gestão que, de fato, envolva os usuários e interessados terá mais chances de ser bem sucedida, de ter uma prática compatível com o planejamento e de ter suas normas respeitadas. Um dos desafios é agregar e reunir esses diferentes públicos na missão da cogestão, e é uma das questões reveladas no presente documento. A APAMLS tem obtido expressividade tratando-se da participação de instituições no Conselho Gestor. No entanto, aparece insuficiente o envolvimento de comunidades caiçaras, visto que não é possível depender de representantes das Colônias de Pesca para “levantar a bandeira” das comunidades tradicionais de todos os municípios.

Por outro lado, faz-se necessário compreender que os municípios pequenos, como são os três adjacentes à APAMLS, contam com instituições também pequenas com corpo reduzido. Uma região com tantas unidades de conservação acaba tendo muitos conselhos e esferas de gestão participativa, o que sobrecarrega alguns poucos envolvidos. Soma-se a essa situação, o fato de que há pouco conhecimento dos processos de gestão e participação social, assim como de leis e responsabilidades afins.

É fundamental criar estratégias integradas entre UCs para otimizar a participação das comunidades tradicionais e instituições que os apoiam (colônias e OSCs) para que compreendam melhor os processos de participação social e se empoderem desta ferramenta. Um programa de capacitações com metodologias de educação popular é uma alternativa que merece ser considerada.

Não menos importante, seria o desenvolvimento de meios e métodos de comunicação mais adequados para facilitar a disseminação das informações relevantes às comunidades e a aproximação das mesmas à gestão da APAMLS.

Em relação a um possível zoneamento, é importante entender inicialmente as categorias de usuários da APA Marinha Litoral Sul. Tratando-se das comunidades tradicionais, com ênfase à cultura caiçara, pode-se organizá-las em três categorias em função das relações com a unidade de conservação. Uma categoria seria a de comunidades próximas, que não fazem uso direto do mar ou das praias, mas que podem ser afetadas, e devem ser consideradas, em casos de impactos ambientais e sociais, principalmente provenientes de alteração na qualidade da água. É importante a consideração dessas comunidades no presente plano, para que elas sejam incluídas em medidas de mitigação, em eventuais impactos que prejudiquem a qualidade da água.

A segunda categoria é a de caiçaras que utilizam a área marinha da APA para exercer a pesca como sua principal atividade econômica. A maioria mora em centros urbanos e atravessa alguma barra para acessar a APAMLS. A terceira categoria são as comunidades adjacentes que utilizam as praias para pesca, extrativismo e outras atividades tradicionais, como manifestações culturais. A estas duas outras categorias, deve-se garantir o acesso à suas áreas de pesca com as artes tradicionais, sendo as praias e a faixa até 20m de profundidade.

Além disso, deve-se considerar:

- Garantia de abrigo para os pescadores artesanais nas ilhas;
- Garantia de acesso ao mar através das barras;

- Estabelecimento de TAUS, TACs e Acordos de Pesca;
- Garantia da pesca de praia e da faixa costeira por comunidades de pescadores artesanais;
- Garantia do território pesqueiro às comunidades tradicionais e o emprego de técnicas menos agressivas ao ambiente com menor poder de captura;
- Garantia do extrativismo de moluscos e crustáceos desde que respeitado a sazonalidade e manejo biológico.

Ao uso das praias em especial sugere-se um ordenamento integrado e efetivo junto a outras unidades de conservação e aos municípios, pois todas as praias da APAMLS estão em outras UCs, além de o público ser proveniente de diversos lugares, o que exige um esforço coletivo para que se atinjam não só às comunidades, mas também os turistas.

Por fim, outra estratégia a se considerar como alternativa no fortalecimento da gestão é o desenvolvimento de ações para o fortalecimento de cadeias produtivas, com valor agregado para produtos e serviços, relacionadas à pesca e à cultura caiçara e a valorização / conscientização sobre a pesca artesanal. Novamente, essa possibilidade deveria ser construída conjuntamente com outras instituições.

#### **3.3.6.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARBIERI, E.; COA, F.; RESENDE, K. F. O. The exotic species *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931) occurrence in Cananeia, Iguape and Ilha Comprida Lagoon Estuary Complex. Boletim do Instituto de Pesca, p. 479-485, São Paulo: 2016.

BIOAUSTRAL – Instituto Biodiversidade Austral. Projeto: Subsídios para a recuperação ambiental e ordenamento dos usos da Ilha do Bom Abrigo/ Cananéia – SP. Diagnóstico Ambiental. Cananéia, São Paulo, 82 p., 2015.

CALIPPO, F. R. Os sambaquis submersos de Cananeia: um estudo de caso de arqueologia subaquática. 151p. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.

CARNEIRO, R. R. S. A Pesca da manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) e o canal do Valo Grande: uma relação de (des)continuidades em Iguape-SP. 155p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo :2005.

CBH-RB – Comitê de Bacias Hidrográficas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11. Registro: 2012.

DIEGUES, A. C. S. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. 2007. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>>. Acesso em: agosto de 2016.

DIEGUES, A. C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Editora Ática, 1983. 283p.

- DURAN, L. D. Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: 2008.
- FERREIRA, M. V.; JANKOWSKY, M.; NORDI, N. História e mudanças do sistema alimentar de pescadores: uma comunidade no litoral de São Paulo, Brasil. *Interciência*. v. 34, nº 10, p. 696–702. São Paulo: 2009.
- HANAZAKI, N. Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta. 193p. Tese de Doutorado. Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2001.
- IDOM / GEOTEC. Diagnóstico Participativo da APA MARINHA DO LITORAL CENTRO. Produto 3. Fundação Florestal. São Paulo: 2014.
- INSTITUTO DE PESCA. Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marítima e Estuarina do Instituto de Pesca. Relatórios Públicos. 2016. Disponível em: <<http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/>> Acesso em: 18 de novembro de 2016.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio ribeira de Iguape e litoral sul. Programa Vale do Ribeira. Contrato FEHIDRO 018/2010, 2014.
- MENDONÇA, J. T. Caracterização da pesca artesanal no Litoral Sul de São Paulo – Brasil. *Bol. Inst. Pesca*, p. 479-492, São Paulo: 2015.
- MENDONÇA, J. T. Gestão dos recursos pesqueiros do complexo estuarino-lagunar de Cananeia-Iguape-Ilha Comprida, litoral sul de São Paulo, Brasil. 383p. Tese de Doutorado em Ciências. Departamento de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). São Carlos: 2007.
- MOURÃO, F. A. A. Os pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial. 264p. Tese de Doutorado em Ciências. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1971.
- SALDANHA, I. R. R. Espaço, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape/SP. 179p. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2005.
- SOUZA, M. R. Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira. 102p. Dissertação de Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2004.
- TURATTI, M. C. M. Estudo Socioambiental da Ponta da Armação (Guarujá). Anexo II – Laudo Antropológico. PETROBRAS, 2012.
- UMBRIA, S. C. Alimentação e reprodução do Bagre Africano *Clarias Gariepinus* (Burchell, 1822) na Bacia do Rio Guaraguaçu, Paranaguá, Paraná, Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Zoologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2008.
- WALM. Relatório do Diagnóstico Participativo para o Programa de Educação Ambiental – Região 3: Estado de São Paulo; Programa de Educação Ambiental (PEA SP). PETROBRAS, 2012.

